



# INFORMATIVO

# O TUIUTI



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE  
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)  
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -  
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

**470 anos do 2º Governo Geral do Brasil com Duarte da costa - 460 anos do Armistício de Iperoígue - 400 anos do início da penetração de Bento Parente, Pedro Teixeira e Luis Aranha pelo rio Amazonas e fundação dos fortes de Desterro e Gurupá - 380 anos da criação do Conselho Ultramarino em Portugal - 320 anos do Tratado de Methuen - 270 anos do início da construção do Forte Jesus Maria José de Rio Pardo - 260 anos da elevação do Brasil a Vice-Reino - 220 anos do nascimento de Luiz Alves de Lima e Silva - 200 anos das vitórias nas guerras de independência (BA, MA, PI, PA e Cisplatina) - 180 anos do início das operações de Caxias contra a Revolução Farroupilha - 170 anos do rompimento das relações diplomáticas com a Inglaterra em função da Questão Christie - 120 anos da ocupação do Acre pelo Brasil - 100 anos da Revolução de 1923 no RS - 80 anos da criação da FEB - 50 anos do Acordo de Itaipu com o Paraguai**

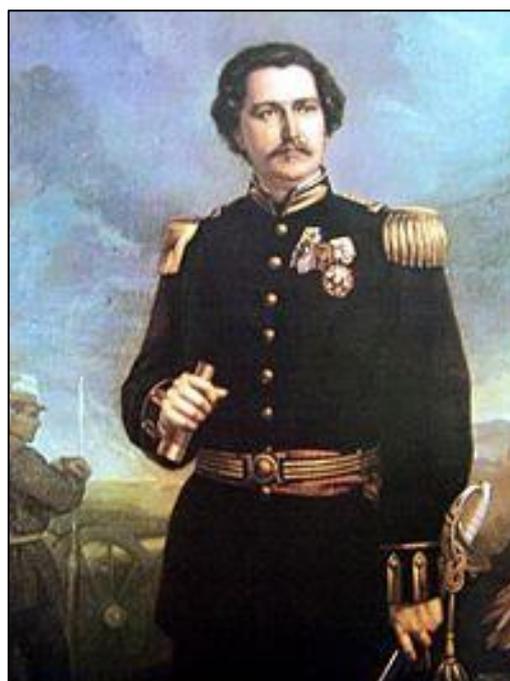
ANO 2023

Julho

Nº 431

## O Visconde de Taunay em Jundiáí

Vivaldo José Breternitz (\*)



**A**lfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay (1843-1899), o Visconde de Taunay, destacou-se como intelectual, político e militar.

Autor de obras marcantes, como "Inocência" e "A Retirada da Laguna" - foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira nº 13, que tem como patrono Francisco Otaviano.

Na política, foi deputado por Goiás e Santa Catarina, senador por essa província e presidente (como eram chamados os governadores) do Paraná, sendo um dos responsáveis pela criação do Passeio Público, famoso parque de Curitiba.

Como militar, atingiu o posto de major e participou da Guerra do Paraguai, registrando em livro um trágico e heroico episódio de nossa história, a retirada da Laguna. O livro, escrito originalmente em francês, foi publicado em 1871 e teve enorme repercussão.

Em suas obras, Taunay relata alguns episódios relativos à guerra, acontecidos em Jundiáí, cidade do estado de São Paulo.

Taunay fazia parte de uma coluna comandada pelo coronel Manoel Pedro Drago que, em 1865 deixou o Rio de Janeiro rumo a Santos pelo navio Santa Maria, rumo ao Mato Grosso. De trem, os seis oficiais que compunham a Comissão de Engenheiros da coluna, foram até Cubatão, onde tomaram uma diligência para chegar a São Paulo.

De S. Paulo, partiram para Jundiáí, na frigidíssima madrugada de 11 de abril daquele ano. Taunay montava a mula Dona Branca, que havia comprado por 240 mil réis.

Ao chegarem a Jundiáí, hospedaram-se em uma estalagem, cujo proprietário era conhecido como "Barão da Ponte" - nas palavras de Taunay, o tal Barão era um português gaiato, que dizia "os outros barões são feitos pelo Imperador - eu, pela unânime aclamação dos povos"!

Era o Barão de estatura mediana, corpulento, de face redonda e rosada. Era uma grande e frequentada hospedaria, onde o viajante encontrava boas acomodações, camas limpas e comida regular. Seu dono era conhecido pela sua bonomia e gentileza.

Taunay segue dizendo que o Barão tinha duas filhas, que cuidavam da estalagem: a Nha Cula (Clotilde), "feia e magra" e a Nha Bé (Isabel), "gorduchona, alourada e mais apetitosa". Taunay segue narrando: na hospedaria havia um velho piano, muito desafinado. Pois o comandante me fez tocá-lo e assim improvisei alguns trechos de óperas e de outras obras de Verdi. Logo depois chegou à estalagem a música de Jundiáí, uma péssima charanga onde dominavam o trombone, o prato e o bumbo e armou-se um baile, onde os oficiais apertaram deveras as duas beldades; - eram as únicas mulheres presentes... O Barão dizia: divirtam-se, mas respeitem as meninas.

Já estavam no local outros militares, entre os quais um major velho, de peruca, comandante do 21º Batalhão, que pediu para recitar um improviso. Foi para o centro da sala, com um lenço na mão e disse ao mestre da charanga: quando eu der sinal com o lenço, toquem o Hino Nacional - e recitou:

**Se aqui estamos reunidos,  
Em solene ocasião,  
É para vingarmos valentes,  
Pedro e a Constituição.**

Deu sinal com o lenço e a charanga atacou o Hino; ao final dos primeiros compassos, o Major pediu silêncio e recitou mais algumas quadrinhas, todas péssimas. Segundo Taunay, a cena era irresistivelmente cômica.

O então Tenente Taunay era muito jovem. Com seus 22 anos, músico e compositor, deve ter se divertido muito na festa...

A expedição marchou mais de dois mil quilômetros, até chegar a Miranda, no Mato Grosso do Sul, em setembro de 1866. Comandada então pelo coronel Carlos de Moraes Camisão, invadiu o território paraguaio, chegando à Fazenda Laguna, que era de propriedade de Solano Lopez, em abril de 1867.



## A transferência da Corte portuguesa de Lisboa para o Brasil

Premido pela avalanche bonapartista, e com o território português invadido pelas tropas francesas, o Príncipe Regente Dom João<sup>3</sup> houve por bem reunir seus ministros, assessores, famílias, criados, enfim toda a corte, mais documentos do Império, inclusive a biblioteca, embarcar em navios da Inglaterra, sua aliada, no final de 1807, e navegar para o Rio de Janeiro.

O Príncipe instalou sua corte na capital colonial transformando-a, na prática, na sede do Império, que compreendia Angola, Moçambique, Goa, Timor e Macau.

As medidas, inovações, iniciativas, etc. tomadas por Dom João mostraram claramente que ele pretendia permanecer no Brasil. Não porque desconhecia o futuro napoleônico, mas sim porque gostou do Brasil e aqui bem se sentiu, assim como os familiares<sup>4</sup>.

Dom João foi aclamado rei Dom João VI em 1818, depois da morte de sua mãe. Ainda permaneceu no Brasil por mais quatro anos, totalizando 13.

Neste período, introduziu realizações e inovações realmente notáveis, facilmente comprobatórias de que ele tratava o Brasil como um país independente. Vejamos algumas.

- Fundações: do Banco do Brasil e da Casa da Moeda, da Academia Real Militar, do Hospital Militar, da Real Fábrica de Pólvora, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, da Academia Imperial de Belas Artes, da Academia de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, da Biblioteca Real, dos Correios (depois Correios e Telégrafos), do Museu Real, da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, da Imprensa Régia, do Teatro Real de São João, da Coudelaria de Avelar, etc.;

- Criação de fábricas de tecido;
- Reforma dos portos de Salvador e do Rio de Janeiro;
- Cancelamento da lei que proibia o estabelecimento de indústrias no Brasil;
- Criação de tribunais e ministérios no Rio de Janeiro;
- Elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarve (1815); e, entre outras
- Fundação de fábricas de ferro em MG e SP.
- Assinatura da carta régia que abre os portos brasileiros ao comércio com nações aliadas;
- Criação da Escola de Cirurgia no Hospital Real, em Salvador.
- Criação na cidade do Rio de Janeiro da cadeira de Ciência Econômica;
- Criação do Real Arquivo Militar, atual Arquivo Histórico do Exército.
- Criação do Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens;
- Criação da Real Academia dos Guardas-Marinhas no Rio de Janeiro, atual Escola Naval, autorizando sua instalação nas hospedarias do Mosteiro de São Bento.
- Criação do Tribunal da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação;
- Criação da Escola Anatômica Cirúrgica e Médica no Hospital Militar do Rio de Janeiro, posteriormente Faculdade de Medicina da cidade.
- Autorização da construção de um teatro na cidade do Rio de Janeiro.

Ou seja, estruturação de um país independente, não mais uma colônia.

Lembrando que em 1809 Dom João mandou invadir a Guiana Francesa e, em 1811 e 1816 determinou as duas intervenções na Banda Oriental.

## A elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves

No Congresso de Viena de 1815, que estabeleceu os parâmetros políticos e territoriais da Europa pós-napoleônica, o ministro plenipotenciário francês Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord, tendo

---

<sup>3</sup> Sua mãe, a Rainha Dona Maria I, havia lhe transferido os poderes em 1792 em face de sérios problemas de saúde que a impediram de governar até a sua morte em 1816.

<sup>4</sup> Os historiadores se referem à esposa espanhola Dona Carlota Joaquina como odienta aos trópicos. Referência não confirmada.

como base o bom relacionamento franco-lusitano, sugeriu a Dom João<sup>5</sup>, que elevasse o Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves.

Esse alvitre visava permitir a Portugal votar a favor da França no Congresso, posto que a sede do Império Português estava no Rio de Janeiro, circunstância não aceita pelo Congresso. O dispositivo comportava a devolução da Guiana Francesa<sup>6</sup>.

Sugestão aceita, o Brasil passou a ser Reino por meio da Carta de Lei de 16 de dezembro de 1815. Conforme Pedro Calmon “pondo em consequência fim ao Sistema Colonial e monopólio da MetrÓpole”<sup>7</sup>.

Foi um importante passo do processo histórico em direção à independência.

Em maio de 1814, Portugal se compromete a restituir a Guiana à França por meio da assinatura do Tratado de Paris.

## **A aclamação de Dom João como Dom João VI**

**C**om o falecimento de Dona Maria I, em 19 de março de 1816, Dom João passou a ser o virtual monarca. Sua coroação e aclamação se deram dois anos depois, em 6 de fevereiro de 1818.

O interessante no processo é que Dom João, agora VI, não quis retornar para Portugal. O título oficial passou a ser “Rei de Portugal, Brasil e Algarves”<sup>8</sup>.

Este foi um progresso importante no processo da independência.

## **O casamento de Dom Pedro**

**F**ato importante no processo foi o casamento do príncipe com a princesa austríaca Dona Maria Carolina Josefa Leopoldina Fernanda Francisca de Habsburgo-Lorena. Seu nome original não tinha Maria. Foi voluntariamente adotado para ser simpática ao povo brasileiro. O casório foi por procuração em 13 de maio de 1817. A princesa Leopoldina chegou ao Brasil 85 dias depois (5 de novembro).

Sua atuação no processo imediato da independência foi relevante.

## **O retorno do Rei e a Regência**

**E**m face do processo de constitucionalização do Império Português e seus domínios, Dom João VI foi forçado a retornar à Península Ibérica. Embarcou ele em 26 de abril de 1821, deixando o Reino do Brasil nas mãos do filho Dom Pedro<sup>9</sup>.

Ao mesmo tempo, as cortes portuguesas exigem também o retorno de Dom Pedro. Em dezembro do mesmo ano a pressão foi extremamente forte para isso, mostrando que a intenção era fazer voltar o Brasil à situação de colônia, ou seja, anular a decreto de Reino Unido e retornar o Pacto Colonial<sup>10</sup>.

## **O Dia do Fico**

---

<sup>5</sup> Proposta realizada por meio dos representantes portugueses Dom Pedro de Sousa e Holanda – Conde de Palmela, Dom Antônio de Saldanha e Gama e Dom Joaquim Lôbo da Silveira.

<sup>6</sup> O Congresso de Viena estipulou que as monarquias depostas por Napoleão reassumissem seus tronos. A portuguesa estava no Rio de Janeiro, uma situação ilegítima. Lisboa era a sede do governo. Para contornar essa situação, foi necessária a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, além de encerrar a “Questão Caiena”, marcada pela discussão entre Portugal e França acerca das suas possessões na América pelo rio Oiapoque. A França recuou os limites até a divisa proposta por Portugal. Em 1817, Caiena foi devolvida à França, após a assinatura de um convênio.

<sup>7</sup> Calmon, 1959, p. 1405 apud LISBOA, José da Silva. Estudos do Bem Comum e Economia Política. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819.

<sup>8</sup> Um reino somente nominal, quase honorífico, em face do Algarve ter sido um dos últimos territórios reconquistados aos mouros. Foi dissolvido em 1834. O uso de Algarves, no plural, representava “demais territórios ultramarinos”.

<sup>9</sup> Antes das despedidas Dom João VI teria dito ao seu filho: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que hás de me respeitar, do que para algum aventureiro” (<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/historia-do-brasil/d-joao-6-e-o-mentor-da-independencia-do-brasil.htm>, acesso em 13 Jan 2022).

<sup>10</sup> Que na verdade jamais foi um pacto, palavra que indica um acordo de mútua vontade entre duas ou mais vontades. Isso não aconteceu no Brasil Colônia.

Em 9 de janeiro de 1822 a pressão para o retorno de Dom Pedro foi tão grande que tropas portuguesas sob o comando do português General Jorge de Avilez Juzarte de Sousa Tavares, 1º Visconde do Reguengo e 1º conde de Avilez, comandante das tropas lusas no Rio de Janeiro, ocupou o Morro do Castelo e exigiu o embarque imediato do Príncipe Regente. Dom Pedro negou-se a retornar, ficando o dia conhecido como Dia do Fico<sup>11</sup>.

Com sua tentativa frustrada, Avilez foi obrigado a embarcar para Portugal com suas tropas.

Foi mais uma vitória de Dom Pedro e mais um tijolo na construção da emancipação brasileira.

Seguiram-se o decreto do “cumpra-se” (4 de maio) sem o qual nenhuma lei de Portugal seria obedecida sem a chancela regencial e a imposição do título de “Defensor Perpétuo do Brasil” oferecido pelo Senado e pela Maçonaria.

## **A convocação da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa**

Em 3 de junho de 1822, Dom Pedro assina um decreto para convocação de uma Assembleia Constituinte e Legislativa.

Este fato é de invulgar importância, porque ele não poderia decretar nem assinar. O Brasil não era independente. Entretanto, Dom Pedro já via longe e visualizava um país autônomo e regido por uma Carta. Com certeza, foi influenciado, e bem, pelo constitucionalismo inglês que vicejava desde priscas eras.

## **As Guerras de Independência**

Na Bahia, o General Inácio Luís Madeira de Melo, Comandante das Armas daquela província, foi o primeiro a reagir aos propósitos independentistas de Dom Pedro antes mesmo do 7 de setembro.

Exigiu ele o embarque imediato do príncipe, mas foi vencido, já em 1823, em combate pelos Generais José Joaquim de Lima e Silva e Pedro Labatut. Em 2 de julho, depois de várias batalhas, as tropas entraram triunfalmente em Salvador.

Antes, em 14 de julho de 1822, Dom Pedro já havia proibido o desembarque de tropas portuguesas no Brasil, o que foi o equivalente a um rompimento formal com Portugal.

Depois da Bahia, outras províncias se rebelaram contra a independência, quais sejam, a Cisplatina, Maranhão, Grão-Pará e Piauí, todas elas vencidas por tropas brasileiras.

## **A reunião e a assinatura do Decreto de Independência**

Em meados do ano, em São Paulo, a desordem estava grassando, motivada por aspectos políticos. Dom Pedro resolveu visitar a província, e para lá se dirigiu em 14 de agosto.

Não sem antes instituir Regente Provisória e Chefe do Conselho de Estado a própria esposa - Princesa Leopoldina. Em 25 de agosto entrava em Mogi das Cruzes, onde permaneceu por 10 dias. Em 5 de setembro desceu à Vila de Santos.

As fontes são divergentes. Historiadores importantes garantem que Dona Maria Leopoldina assinou sim o Decreto de Independência, estimulada em uma reunião por José Bonifácio de Andrada e Silva. Outras fontes dão conta de que foi somente uma sugestão para Dom Pedro.

O dia 7 de setembro, conforme o Barão do Rio Branco (extrato).

*Proclamação da Independência do Brasil [...].* O príncipe voltava de Santos, quando, junto ao ribeiro Ipiranga, foi encontrado pelo sargento-mor de milícias Antônio Ramos Cordeiro e pelo correio Paulo Bregaro, que lhe entregaram cartas e ofícios da princesa dona Leopoldina e do ministro José Bonifácio, transmitindo as notícias trazidas de Lisboa pelo navio *Três Corações* [...]. Soube então dom Pedro que não seria aprovado pelas cortes o Ato Adicional à Constituição, proposto por Fernandes Pinheiro, Antônio Carlos, Vilela Barbosa, Lino Coutinho e Araújo Lima, relativo à organização particular e

---

<sup>11</sup> “Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação diga ao povo que fico”. Foi o pronunciamento em resposta a um abaixo assinado do povo carioca. É importante ressaltar que ele usou a palavra “nação”.

autônoma do Reino do Brasil com um governo e um Congresso especiais. As cortes haviam declarado nulo e írrito o decreto do príncipe, convocando procuradores-gerais das províncias, a fim de mandar responsabilizar e processar o ministério do Rio de Janeiro e os membros da junta de São Paulo. Foram as notícias das decisões de que demos conta (diz o visconde de Porto Seguro, na sua *História da Independência*, manuscritos inéditos), tomadas em fim de junho pelas cortes, dos insultos atirados aos deputados brasileiros no recinto das mesmas cortes pelo público das galerias, e pela plebe nas ruas, que agora fizeram coagular todas as medidas. Tornava-se urgente responder a tais provocações, antes que os novos decretos chegassem transmitidos oficialmente. Dom Pedro não podia consentir que o seu primeiro-ministro fosse assim submetido a três ou quatro processos, por atos que haviam tido a sua aprovação, e que ele, príncipe, havia sido já o primeiro a justificar em cartas escritas a el-rei seu pai. Não podia admitir o início dessa era de perseguições e de castigos que as cortes queriam abrir no Brasil. Submeter-se a cumprir tais decretos seria desonrar-se, esquecendo o título que aceitara de Defensor Perpétuo do Brasil. Não era mais possível temporizar, e, junto ao mesmo ribeiro Ipiranga, no meio daquelas vastas campinas vizinhas da primitiva Piratininga, de João Ramalho, lançou o brado de “Independência ou Morte”!, que logo repercutiu em toda a extensão do território brasileiro. Assim, salvou dom Pedro o Brasil, e tornou possível a união de todas as províncias, pondo-se à frente do movimento separatista. Foi pelas 16h30 que dom Pedro proclamou a Independência. Com ele estavam, nesse momento, o padre Belchior Pinheiro de Oliveira [...], o secretário Luís de Saldanha da Gama, o secretário particular Francisco Gomes da Silva, o major Francisco de Castro Canto e Melo, o correio Paulo Bregaro, dois criados particulares [...] e a guarda de honra [...]. O príncipe seguiu para a cidade de São Paulo, onde logo se espalhou notícia e começaram as demonstrações do entusiasmo popular (Rio Branco, 1999, p. 415).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi destacado no início, a independência do Brasil foi sendo conquistada aos poucos, gradativamente, passo a passo, não necessariamente planejada desta forma.

As circunstâncias favoreceram o processo histórico. Quem diria que Napoleão Bonaparte e seus anseios expansionistas iriam se refletir no andamento da História do Brasil em suas fases mais importantes?

Dom Pedro sabia que um Brasil independente o teria, fatalmente, como Imperador, mantida a forma monárquica de governo. A sua maior preocupação – e para isso há muito a lhe creditar, foi o argumento da unidade nacional. Independência sim, com integridade e unidade nacional.

Sabia também que forças contrárias se fariam sentir, mas ele teve coragem para enfrentar todas elas. E a monarquia teve sucesso ainda por 67 anos.

Dificuldades enormes foram superadas ou com solução encaminhada. A maior era a penúria. Começava o império sem dinheiro... (CALMON, 1959, p. 1547).

Em 1824, os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a Independência do Brasil, já dentro das concepções da Doutrina Monroe. Isto foi uma verdadeira garantia contra as imposições absolutistas da Santa Aliança.

Em 1825 as relações com a Santa Sé foram estabelecidas.

Em 29 de agosto de 1825, por meio do Tratado de Paz e Aliança, aconteceu o reconhecimento lusitano à independência.

Oito anos depois da independência o Brasil teve a lamentar o retorno de Dom Pedro I para Portugal, onde era Dom Pedro IV. O Brasil foi governado pelo sistema regencial até a maioria de Dom Pedro II em 1840.

Foi uma fase complicada, de 10 anos, na qual muitas dificuldades se fizeram presentes e fortes. Grandes homens trabalharam arduamente para a consolidação do Império. Um deles foi Caxias.

Dom Pedro II, grande homem, patriota, honesto, dedicado, culto, foi a garantia da consolidação da independência e do progresso do Império até sua deposição em 1889 e a adoção da República.

## REFERÊNCIAS

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, 7 vol.

GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. *Brasil – Linha do Tempo*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2007.

historialuso.an.gov.br/index.php?option=com\_content&view=article&id=3127&catid=184&Itemid=215  
(Acesso em 13/01/2022)

RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides Brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1999.

vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/historia-do-brasil/d-joao-6-e-o-mentor-da-independencia-do-brasil.htm (acesso em 13/01/2022).

+++++

## Seleções do Quora.com

**Soldados ucranianos são frequentemente vistos com um equipamento quadrado semelhante a uma almofada, onde eles usavam na frente da virilha ou nas costas. O que é aquele equipamento?**

**Leon Kennedy**





Após as cruzadas, os hospitalários passaram a se concentrar na missão de tentar frear o avanço otomano pelo Mediterrâneo tendo participação na Batalha de Lepanto (1571). Além disso, os hospitalários chegaram a governar territórios só seus como a ilha de Rodes e a ilha de Malta como se a ordem fosse um país. Rodes foi perdida após forte resistência contra um ataque otomano em 1522 enquanto Malta foi tomada por Napoleão em 1798 sem resistência dos cavaleiros de São João, que não resistiram aos franceses por causa do voto feito ao entrar na ordem, no qual dentre outras coisas jurava-se nunca matar um outro cristão.



*Membros da ordem do Santo Sepulcro*

A ordem de Malta ainda existe atualmente, só que não é mais militarizada, tendo voltado a se concentrar nas suas funções originais, as médicas. Importantes figuras da história portuguesa e brasileira foram membros da ordem de Malta como D. Pedro II (que foi membro na condição de grã-cruz) e D. Pedro I (que foi grão-prior do Crato). Em Portugal, era comum que o rei ou outro membro da família real também fosse o Prior do Crato (o máximo líder da ordem hospitalária em Portugal).

Já a ordem do Santo Sepulcro é a mais antiga das ordens cruzadas, tendo sido criada por Godofredo de Bulhão após a conquista de Jerusalém na primeira cruzada com a missão de proteger o santo sepulcro. Em 1103, a ordem é passada para a liderança dos Reis Latinos de Jerusalém e assim ficaria até os muçulmanos retomarem Jerusalém. Após isso, a ordem perdeu sua razão de existir, tendo sido extinta e recriada várias vezes ao longo dos séculos.

Atualmente existe como uma ordem nominalmente subordinada ao Patriarcado Latino de Jerusalém, que representa a igreja de Roma na Palestina, mas na prática sob a custódia de um cardeal nomeado pelo próprio papa. A ordem atualmente faz caridade, mantém escolas, universidades, hospitais e asilos e evangeliza na região.

